



**Demonstrações Financeiras com Relatório dos
Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras**

Terra Brasis Resseguros S.A.

31 de dezembro de 2014

Terra Brasis Resseguros S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice:

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Parecer dos atuários auditores independentes	7
Balancos Patrimoniais	10
Demonstrações do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	14
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	16
1. Contexto Operacional	16
2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	16
3. Principais Práticas Contábeis	17
4. Disponível	21
5. Aplicações Financeiras	22
6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	24
7. Imposto de Renda e Contribuição Social	26
8. Ativo Imobilizado e Intangível	27
9. Transações com Partes Relacionadas	27
10. Depósitos de Terceiros	28
11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	28
12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos	29
13. Cobertura das Provisões Técnicas	32
14. Grupos de Ramos de Atuação	32
15. Patrimônio Líquido	33
16. Políticas de Gerenciamento de Riscos	34
17. Detalhamento das Contas de Resultado	36
17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)	37
18. Outras Informações	37
Conselho de Administração	38
Diretoria	38
Contador	38
Atuário	38
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	39

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V Sas. as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Mercado Brasileiro de Resseguros

Com base em informações públicas divulgadas pela Susep referentes a Novembro de 2014 estimamos que o volume de resseguros cedidos pelas Seguradoras brasileiras, bruto de comissão e incluindo RVNE – Riscos Vígentes Não Emitidos, deverá atingir a cifra de R\$ 9,9 bilhões no ano de 2014, apresentando crescimento de 20% em relação ao mesmo período de 2013. As Resseguradoras Locais deverão responder por perto de 70% desse mercado, alcançando R\$ 6,9 bilhões de resseguros emitidos.

O lucro do conjunto das Resseguradoras Locais, após a dedução de impostos, registrou até Novembro de 2014 o valor de R\$ 703 milhões, frente à R\$ 93 milhões no mesmo período de 2013, indicando forte evolução.

Organização Societária

A Terra Brasis, com capital integralizado de R\$ 100,5 milhões, é parte do Grupo Financeiro Brasil Plural e possui participação qualificada do *IFC – International Finance Corporation*, braço financeiro do Banco Mundial para o setor privado.

Além da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, a Terra Brasis possui os Comitês de Auditoria, de Investimentos, de Subscrição e de Sinistros, órgãos estatutários de apoio à Administração, também homologados pela Susep.

Estratégia de Negócios

Desde o seu início de operações em Novembro de 2012 a Terra Brasis mantém a estratégia de aceitar negócios de forma prudente com grau de risco e expectativa de retornos coerentes, buscando aumentar consistente e progressivamente o volume de negócios e a rentabilidade do capital investido.

A Companhia continua o esforço de aperfeiçoamento dos seus procedimentos operacionais e o investimento no desenvolvimento da equipe de colaboradores, visando à constante reciclagem de conceitos e à absorção gradativa de técnicas contemporâneas na área de resseguros, de forma a melhor atender aos clientes e parceiros.

Os estudos sobre os impactos das catástrofes naturais no país continuam a ser desenvolvidos pela Companhia e o Mapa de Catástrofes Naturais Brasileiras, trabalho premiado pela CNseg - Confederação Nacional de Seguros - no concurso Antônio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros, continua a ser periodicamente atualizado e publicado.

Durante o ano de 2014 a Terra Brasis iniciou estudos sobre outros mercados de resseguro na América Latina com o objetivo de conhecer as possibilidades futuras de atuação nesta região. Em 12 de novembro de 2014 foi admitida como membro da Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES), entidade composta por representantes do mercado de seguros dos Estados Unidos, da Espanha e de outros 16 países da América Latina e que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado, defendendo a iniciativa privada e padrões éticos e técnicos em todas as atividades relacionadas ao setor.

A Terra Brasis adota políticas de sustentabilidade em seguros coerentes com procedimentos estruturais do acionista *IFC - International Finance Corporation*, e observa em seu processo decisório a conscientização sobre questões ambientais, sociais e de governança. Nesse sentido foi a primeira Resseguradora Local a assinar o *UNEP FI- Principles for Sustainable Insurance*, iniciativa das Nações Unidas em parceria com a indústria global de seguros.

Desempenho Operacional

A Terra Brasis continua a receber crescente apoio das Seguradoras e Corretoras do mercado brasileiro, conduzindo ao valor de prêmio emitido no ano de 2014 de R\$ 60,3 milhões contra R\$ 17,7 milhões referentes ao mesmo período de 2013.

O resultado positivo de R\$ 2,68 milhões após impostos obtido no ano de 2014, seu segundo ano de operação, quando os custos administrativos ainda são muito relevantes para o volume de produção, supera o previsto no plano de negócios da Companhia para esta fase das operações. O disponível e as aplicações financeiras registraram R\$ 112,9 milhões no final do exercício, contribuindo com os seus resultados para o desempenho da Companhia. As aplicações financeiras obedecem aos normativos oficiais, principalmente os contidos nas Resoluções CNSP nº 226/2010 e CMN nº 3.308/2005.

A Agência *A.M.Best*, especializada no setor de seguros, manteve o *rating global* de crédito emissor **bbb**, *rating global* de força financeira **B++** com perspectiva estável. A *Standard & Poors* manteve a nota **brA+**, na escala doméstica, com perspectiva estável.

Agradecimentos

Agradecemos às Autoridades do Setor, Seguradoras, Corretoras, Retrocessionárias e a todos os parceiros de negócios pela confiança depositada nos trabalhos da Administração. Agradecemos também aos nossos Acionistas e Colaboradores pelo contínuo empenho no desenvolvimento da Terra Brasis.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2015.

Administração



EY

Building a better
working world

Condomínio São Luiz
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Terra Brasis Resseguros S.A.

São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

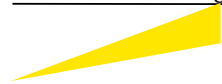
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual da Terra Brasis Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz

Contadora CRC-1SP198827/O-3

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos
Conselheiros e Diretores da
Terra Brasis Resseguros S.A.
CNPJ: 12.909.684/0001-28
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A., em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Terra Brasis Resseguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios atuariais gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da entidade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionada, segundo normativos e princípios supracitados, e ao atendimento pela entidade auditada dos requerimentos de capital base, capital de risco e margem de solvência conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A.

para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade auditada.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2014

Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
<i>Provisão de Prêmios Não Ganhos</i>	37.665
<i>Provisão de Sinistros a Liquidar</i>	15.360
<i>Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados</i>	8.213
<i>Provisão de Despesas Relacionadas</i>	812
<i>Provisões de Excedentes Técnicos</i>	595
Total de Provisões Técnicas	62.645

Valores Redutores de Cobertura Financeira de Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$
<i>Direitos Creditórios</i>	25.049
<i>Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR</i>	4.873
Total de Valores Redutores de Cobertura Financeira de Provisões Técnicas	29.922

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$
<i>Patrimônio Líquido Ajustado – PLA* (a)</i>	95.828
<i>20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses (b)</i>	5.827
<i>33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses (c)</i>	1.956
<i>Capital Base (d)</i>	60.000
<i>Capital de Risco – Subscrição (e)</i>	5.051
<i>Capital de Risco – Crédito (f)</i>	13.825
<i>Capital de Risco – Operacional (g)</i>	414
<i>Redução por Correlação dos Riscos (h)</i>	(1.950)
<i>Capital de Risco (i) = (e)+(f)+(g)+(h)</i>	17.340
Capital Mínimo Requerido (j) = Maior entre (b), (c), (d), (i)	60.000
Suficiência do PLA (a) – (j)	35.828

*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Terra Brasis Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Finalmente, manifestamos que consideramos adequada e suficiente a qualidade dos dados fornecidos pela Terra Brasis Resseguros S.A. que serviram de base para a elaboração de nossa auditoria atuarial independente.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679

EY Serviços Atuariais SS CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Balancos Patrimoniais31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		185.534	118.916
Disponível	4	1.284	1.588
Caixa e bancos		1.284	1.588
Aplicações	5	111.633	97.348
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	42.539	11.872
Operações com seguradoras		41.015	11.616
Operações com resseguradoras		1.524	256
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	12.2	28.567	7.224
Títulos e créditos a receber		226	149
Títulos e créditos a receber		24	24
Créditos tributários e previdenciários	7.1	169	120
Outros créditos		33	5
Despesas antecipadas		10	66
Custos de aquisição diferidos	12.3	1.275	669
Resseguros		1.275	669
Ativo não circulante		3.718	4.215
Realizável a longo prazo		3.128	3.585
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	26	-
Operações com seguradoras		26	-
Títulos e créditos a receber	7.1	3.102	3.585
Créditos tributários e previdenciários		3.102	3.585
Imobilizado	8	277	354
Bens móveis		264	338
Outras imobilizações		13	16
Intangível	8	313	276
Outros intangíveis		313	276
Total do Ativo		189.252	123.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		<u>89.966</u>	<u>27.052</u>
Contas a pagar		701	677
Obrigações a pagar		152	219
Impostos e encargos sociais a recolher		186	194
Encargos trabalhistas		155	229
Impostos e contribuições		208	35
Débitos de operações com seguros e resseguros	6	25.412	6.859
Operações com seguradoras		-	8
Operações com resseguradoras		24.318	6.298
Corretores de seguros e resseguros		1.094	553
Depósitos de terceiros	10	1.240	355
Provisões técnicas	12.1	62.613	19.161
Passivo não circulante		<u>33</u>	<u>-</u>
Provisões técnicas	12.1	33	-
Patrimônio líquido	15	<u>99.253</u>	<u>96.079</u>
Capital social		100.494	100.000
Reservas de capital		1.600	1.600
Prejuízos acumulados		(2.841)	(5.521)
Total do Passivo		<u><u>189.252</u></u>	<u><u>123.131</u></u>

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Prêmios emitidos	17a	60.318	17.710
Variações das provisões técnicas		(25.234)	(10.156)
Prêmios ganhos		35.084	7.554
Sinistros ocorridos	17b	(24.027)	(6.980)
Custos de aquisição	17c	(1.563)	(739)
Outras despesas e receitas operacionais	17d	(40)	-
Resultado com retrocessão	17e	(5.819)	(2.401)
Despesas administrativas	17f	(9.334)	(8.931)
Despesas com tributos	17g	(1.318)	(542)
Resultado financeiro	17h	11.147	7.670
Receitas financeiras		15.230	9.363
Despesas financeiras		(4.083)	(1.693)
Resultado patrimonial		285	272
Resultado operacional		4.415	(4.097)
Imposto de renda	7.2	(1.035)	1.003
Contribuição social	7.2	(664)	616
Participação sobre o lucro		(36)	(27)
Lucro líquido / prejuízo do exercício		2.680	(2.505)
Quantidade de ações - em milhares		100.450	100.000
Lucro líquido / prejuízo - por mil ações		26,68	(25,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido / prejuízo do exercício	2.680	(2.505)
Outros resultados abrangentes	-	-
(=) Resultado abrangente do exercício	<u>2.680</u>	<u>(2.505)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método IndiretoExercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	2.680	(2.505)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	115	104
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(14.285)	(196)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(30.693)	(9.915)
Ativos de resseguro	(21.343)	(4.092)
Créditos fiscais e previdenciários	(49)	(24)
Ativo fiscal diferido	483	(1.618)
Despesas antecipadas	56	(55)
Custo de aquisição diferido	(606)	(329)
Outros ativos	(28)	(3)
Impostos e contribuições	91	85
Outras contas a pagar	(67)	(296)
Débitos de operações com seguros e resseguros	18.553	2.837
Depósitos de terceiros	885	355
Provisões técnicas - seguros e resseguros	43.485	17.193
Caixa gerado/consumido pelas operações	(723)	1.541
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra		
Intangível	(69)	(115)
Imobilizado	(6)	(34)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(75)	(149)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	494	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	494	-
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(304)	1.392
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.588	196
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.284	1.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Lucros/prejuízo acumulado	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2013	100.000	1.600	(3.016)	98.584
Prejuízo no exercício	-	-	(2.505)	(2.505)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	100.000	1.600	(5.521)	96.079
Aumento de capital - Assembléia Geral Extraordinária 05 fevereiro 2014	494	-	-	494
Lucro líquido do exercício	-	-	2.680	2.680
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.494	1.600	(2.841)	99.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A Terra Brasis Resseguros S.A. (doravante referida também como “Terra Brasis” ou “Companhia” ou “Resseguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rua Minas da Prata, nº 30, conjunto 122, Itaim Bibi, São Paulo, Capital, CNPJ 12.909.684/0001-28.

Foi constituída em 20 de setembro de 2010 como prestadora de serviços, com o propósito de transformar-se em Resseguradora Local. No exercício de 2011, ainda em fase pré-operacional, desenvolveu sistemas e processos para a estruturação das operações de resseguro.

Em 4 de outubro de 2012, por meio da Portaria nº 4.881, recebeu da Superintendência de Seguros Privados – Susep autorização para operar como Resseguradora Local em atividades de resseguro e retrocessão, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168/2007.

A Resseguradora é uma empresa do grupo financeiro Brasil Plural.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 483/2014, que revogou a Circular Susep nº 464/2013 com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014. A aplicação da nova circular não produziu efeitos relevantes na Terra Brasis. Foram também observados os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC quando referendadas pela Susep e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, doravante, em seu conjunto, denominadas “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep”.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Terra Brasis em 25 de fevereiro de 2015.

b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de período anterior, conforme disposições do CPC 26 - Demonstrações Contábeis, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Circular Susep nº 483/2014.

c) Continuidade: A Administração avaliou a capacidade da Terra Brasis em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado de outra forma, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

e) Base para mensuração: Os Ativos e Passivos são mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial:

- i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- ii. provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Susep.

f) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as normas publicadas pela Susep, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas

quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.2 - Instrumentos financeiros;
- Nota 3.3 - Prêmios emitidos;
- Nota 3.9 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos;
- Nota 6 - Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros;
- Nota 7 - Imposto de renda e contribuição social.

g) Segregação entre circulante e não circulante: A Terra Brasis efetua a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; ou
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

h) Normas existentes que ainda não estão em vigor: A Susep publicou a Circular n.º 474/2013, que dispõe sobre os procedimentos para o registro contábil dos prêmios de resseguro, a Circular n.º 316/2014, que dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento das resseguradoras locais, e a Circular n.º 508/2015 que dispõe sobre alterações das normas contábeis a serem observadas pelas sociedades supervisionadas. As mesmas entram em vigor em Janeiro de 2015. A Administração avaliou essas normas e julga que não terá impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados e estão demonstradas a seguir.

3.1. Disponível: Incluem o numerário disponível em caixa e os saldos positivos em conta movimento.

3.2. Instrumentos financeiros: A Terra Brasis classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

3.2.a. Classificações das categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Terra Brasis gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

iv. *Recebíveis*

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros que são avaliados, periodicamente, quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

3.2.b. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas nas notas explicativas.

3.2.c. Hierarquia do valor justo:

O valor justo é classificado nos seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;

Nível 2: Quando é utilizada uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto;

Nível 3: Ativos cujo valor justo é determinado com base em premissas internas tendo em vista a ausência de informações e dados observáveis no mercado.

3.3. Prêmios emitidos: A Terra Brasis subscreve contratos de resseguro que visam fornecer cobertura para riscos ofertados pelas Sociedades Seguradoras e Resseguradoras (denominadas Cedentes).

Os contratos são denominados facultativos quando são subscritos especificamente para cobrir o risco ofertado individual e facultativamente pelas Cedentes e são denominados de automáticos ou de carteira quando a Cedente e a Terra Brasis definem previamente os tipos e as condições em que os riscos devem ser automaticamente incluídos no contrato.

Os contratos podem ser proporcionais quando a Terra Brasis e a Cedente dividem proporcionalmente os prêmios e os sinistros originais dos riscos do contrato ou podem ser não proporcionais, também chamados resseguros de sinistros, quando a Terra Brasis participa somente nos sinistros acima de determinado valor e recebe da Cedente um prêmio calculado especificamente para esta responsabilidade.

Os prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE) são apurados com base em metodologia própria, de acordo com o previsto nas normas do CNSP, regulamentadas pela Susep.

Para os contratos facultativos os prêmios de resseguro são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos.

Para os contratos automáticos não proporcionais os prêmios de resseguro também são registrados integralmente na data de subscrição dos contratos, com base no prêmio depósito, sendo monitorados durante a vigência do contrato e ajustados aos seus valores efetivos no final do período de cobertura do risco.

Para os contratos automáticos proporcionais os prêmios de resseguro são registrados mensalmente com base em estimativas fornecidas pelas Cedentes e subscritas pela Companhia, visando acompanhar no tempo e no valor a emissão de prêmios pelas Cedentes. Inicialmente as estimativas são ajustadas por um fator de corte mensurado com base na experiência histórica da companhia, são monitoradas durante a vigência dos contratos e atualizadas quando do recebimento de informações das Cedentes.

A Terra Brasis contrata coberturas e mantém contratos de retrocessão para aumentar sua capacidade de aceitação, restringir sua responsabilidade ao limite de retenção por risco subscrito e mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

Os prêmios cedidos das retrocessões proporcionais são registrados em consonância com o registro dos prêmios das aceitações cobertas por elas. Os prêmios das retrocessões não proporcionais são registrados integralmente na data de cessão do contrato de retrocessão.

As despesas de comercialização são registradas de acordo com os mesmos critérios aplicados aos prêmios.

3.4. Prêmios ganhos: Para os contratos facultativos os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die*, ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos.

Para os contratos automáticos proporcionais e para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* (nos quais os riscos subscritos no período do contrato estão cobertos durante todas as suas vigências) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die* ao longo do período de vigência dos riscos envolvidos nos contratos, conforme informações e estimativas de vigências médias fornecidas pelas Cedentes.

Para os contratos automáticos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* (nos quais estão cobertos os sinistros ocorridos no período de vigência do contrato) os prêmios e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados aos resultados *pro-rata die* ao longo do período de vigência dos contratos.

Para os contratos de retrocessão os mesmos princípios de apropriação acima se aplicam às retrocessões cedidas.

3.5. Sinistros ocorridos: Corresponde à somatória das indenizações pagas no período e da variação no período das provisões para sinistros a liquidar (PSL), para sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) e para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).

3.6. Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios e equipamentos utilizados na condução dos negócios e é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada:

<u>Grupo de ativo</u>	<u>Vida útil estimada (ano)</u>	<u>Depreciação anual (%)</u>
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos	5	20

3.7. Intangível: Os custos associados à aquisição de *software* são ativados e amortizados durante sua vida útil estimada e não superior a cinco anos. Os desenvolvidos internamente são reconhecidos como despesas do período.

3.8. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.9. Provisões técnicas e teste de adequação de passivos: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela Susep.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parte proporcional à vigência a decorrer dos prêmios de resseguro, calculada *pro-rata die*, dos riscos em vigor, sendo determinada, para cada tipo de contrato, por informações ou estimativas, com os mesmos critérios usados para a apropriação dos prêmios.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para apurar a parcela dos prêmios não ganhos relativos aos contratos de resseguros não emitidos, de acordo com os critérios estabelecidos em Nota Técnica Atuarial e pela Circular Susep nº 462/2013.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro que tem previsão para participação das Cedentes nos lucros do contrato.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros ocorridos e avisados com base em estimativa das indenizações informadas pelas Cedentes até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída com base em cálculos atuariais que consideram a sinistralidade final esperada deduzida dos sinistros já avisados até a data do balanço.

A provisão de despesas relacionadas (PDR-IBNR) é constituída pelos valores das despesas esperadas relacionadas com os sinistros ocorridos, mas que ainda não foram avisados.

Os passivos de retrocessão são compostos por prêmios devidos, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos.

Conforme o CPC - 11, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguro deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguro.

O teste de adequação de passivos (TAP) foi elaborado de acordo com as disposições da Circular Susep nº 457/2012, e englobou os contratos de resseguros vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2014. O resultado do teste é a diferença entre o saldo contábil das provisões técnicas e o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros das obrigações relacionadas aos riscos vigentes, ambos na data-base. O resultado negativo apurado significa uma insuficiência das provisões técnicas, que deve ser constituída como provisão complementar de cobertura (PCC), no caso de sinistros a ocorrer, ou complementam o saldo da própria provisão que apresentar a insuficiência, no caso de sinistros ocorridos.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base na estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela Susep para cada indexador contratual.

O resultado do teste de adequação de passivos demonstrou que as provisões atuais são suficientes para honrar todas as obrigações relacionadas aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2014. Não há, portanto, necessidade da constituição da provisão complementar de cobertura (PCC), referente a eventuais insuficiências da PPNG, ou de se complementar o saldo das demais provisões.

3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e os diferidos. Os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Quando aplicável, o imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11. PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

3.12. Tributos diferidos: Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para a compensação dos tributos. São reconhecidos também, ativos de tributos diferidos sobre adições temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal. Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

4. Disponível

O saldo em banco pode ser decomposto em R\$ 293 em contas correntes em moeda nacional e R\$ 985 em conta corrente em moeda estrangeira, o equivalente a US\$ 371 mil, conforme quadro abaixo:

Disponível	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	6	1
Bancos	1.278	1.587
Total	1.284	1.588

5. Aplicações Financeiras

5.1. Composição das Aplicações

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os demonstrados a seguir:

	Taxas de Juros Contratadas	31/12/2014		31/12/2013	
		Valor	%	Valor	%
Títulos a valor justo por meio do resultado					
Títulos Públicos - LFT	100% Selic	24.443	22	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	105,70% a 119,00% CDI	36.147	33	-	-
Títulos Privados - Debêntures	108,25% a 117,94% CDI	18.364	16	-	-
Títulos Privados - Cédula de Crédito Bancário	CDI + 5,00%	2.444	2	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos		20.855	19	97.348	100
Ações - Companhia de capital fechado		9.380	8	-	-
Total		111.633	100	97.348	100

Todos os fundos nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos são fundos não exclusivos, com seus dados disponíveis para consulta pública, abertos para outros investidores e com prazo de vencimento indeterminado.

5.2. Abertura por Vencimento

Apresentamos a seguir a composição das aplicações por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão registrados contabilmente no ativo circulante independentemente dos prazos de vencimento.

	31/12/2014					31/12/2013		
	Sem Venci- mento ou de até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	%	Sem Venci- mento ou de até 1 ano	Total	%
Quotas Fundos de Investimento Aberto	20.855	-	-	20.855	19	97.348	97.348	100
Ações	9.380	-	-	9.380	8	-	-	-
Títulos Públicos	6.779	17.664	-	24.443	22	-	-	-
LFT	6.779	17.664		24.443	22			
Títulos Privados	38.591	17.295	1.069	56.955	51	-	-	-
Debêntures		17.295	1.069	18.364	17			
Cédula crédito bancário	2.444	-	-	2.444	2			
Letras financeiras	36.147	-	-	36.147	32			
Total	75.605	34.959	1.069	111.633	100	97.348	97.348	100

5.3. Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor do custo atualizado	Ajuste a valor Justo	Valor Justo/ Contábil	Valor do custo	Ajuste a valor Justo	Valor Justo/ Contábil
Títulos Públicos - LFT	24.445	(2)	24.443	-	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	36.132	15	36.147	-	-	-
Títulos Privados - Debêntures	18.342	22	18.364	-	-	-
Títulos Privados - Cédula de Crédito Bancário	2.447	(3)	2.444	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	20.855	-	20.855	97.348	-	97.348
Ações - Companhia de capital fechado	9.380	-	9.380	-	-	-
Total	111.601	32	111.633	97.348	-	97.348

5.4. Hierarquia de Valor Justo das Aplicações Financeiras

	31/12/2014			31/12/2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos Públicos - LFT	24.443	-	-	-	-	-
Títulos Privados - Letras Financeiras	-	36.147	-	-	-	-
Títulos Privados - Debêntures	-	18.364	-	-	-	-
Títulos Privados - Cédula de Crédito Bancário	-	2.444	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	20.855	-	-	97.348	-
Ações - Companhia de capital fechado	-	-	9.380	-	-	-
Total	24.443	77.810	9.380	-	97.348	-

O valor justo das quotas de fundos de investimento financeiro foi estimado como sendo o valor patrimonial divulgado pelos Administradores dos fundos de investimento, nos quais a Terra Brasis aplica seus recursos. Os instrumentos financeiros estão registrados na carteira dos fundos de investimento. A Terra Brasis não opera diretamente com derivativos. Os fundos de investimentos são classificados como Nível 2 e podem usar derivativos dentro da sua estratégia de investimento (vide nota 3.2.c). A Ações de Companhia de capital fechado são classificadas em Nível 3 e contabilizadas a preço de custo.

5.5. Movimentações das aplicações financeiras

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Saldo Inicial	97.348	97.152
Aplicações	117.716	1.238
Resgates	(115.341)	(8.712)
Rendimentos	11.910	7.670
Saldo Final	111.633	97.348

5.6 Desempenho: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 11,78% no acumulado de janeiro a dezembro de 2014, representando aproximadamente 109% do CDI que foi de 10,81% no ano. No mesmo período de 2013 atingiu 8,44%, representando 105% do CDI que foi de 8,06% no exercício.

6. Créditos e Débitos de Operações com Seguros e Resseguros

6.1. Composição

Grupo	Créditos de operações		Débitos de operações	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Patrimonial	19.034	5.524	11.302	3.561
Riscos Especiais	994	156	673	18
Responsabilidades	1.827	1.151	573	1.063
Automóvel	272	305	106	298
Transportes	12.026	1.556	8.483	1.410
Riscos Financeiros	4.374	1.552	2.581	22
Pessoas Coletivo	882	505	1.203	384
Habitacional	43	172	162	20
Rural	668	125	15	2
Marítimos	2.194	736	204	79
Aeronáuticos	251	90	110	2
Total	42.565	11.872	25.412	6.859

6.1.a. Movimentações dos Créditos das Operações de Seguros e Resseguros

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Saldo inicial	11.872	1.957
Prêmios Emitidos	56.828	15.515
Prêmios Emitidos RVNE	3.491	2.195
Recebimento	(31.868)	(8.078)
Oscilação Cambial	96	283
Recuperação de Sinistro	2.146	-
Saldo Final	42.565	11.872

6.1.b. Movimentações dos Débitos das Operações de Seguros e Resseguros

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Saldo inicial	6.859	3.940
Prêmios de Retrocessão Emitidos	15.402	2.161
Prêmios de Retrocessão Emitidos RVNE	2.148	588
Pagamentos	1.035	7
Oscilação Cambial	(32)	163
Saldo Final	25.412	6.859

6.2. Fluxo de Realização de Recebimento e Pagamento**6.2.a. Prazos de Recebimento:**

	31/12/2014			31/12/2013		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento ^(*)	18.846	-	18.846	4.557	-	4.557
1 a 30 dias	12.271	1.239	13.510	2.820	454	3.274
31 a 60 dias	2.114	125	2.239	1.444	239	1.683
61 a 120 dias	2.062	179	2.241	1.154	191	1.345
121 a 180 dias	1.553	197	1.750	221	5	226
181 a 365 dias	3.881	72	3.953	784	3	787
acima 365 dias	26	-	26	-	-	-
Total	40.753	1.812	42.565	10.980	892	11.872

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes. Desta forma, não há uma data efetiva para o recebimento e, portanto são classificados como sem vencimento.

6.2.b. Prazos de Pagamento:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Vincendos	Vencidos	Total	Vincendos	Vencidos	Total
Sem Vencimento ^(*)	9.773	-	9.773	-	-	-
1 a 30 dias	8.220	32	8.252	929	56	985
31 a 60 dias	2.399	-	2.399	2.604	30	2.634
61 a 120 dias	827	348	1.175	1.431	6	1.437
121 a 180 dias	1.076	-	1.076	8	2	10
181 a 365 dias	2.649	-	2.649	1.793	-	1.793
acima 365 dias	88	-	88	-	-	-
Total	25.032	380	25.412	6.765	94	6.859

(*) Estimativa dos prêmios dos contratos automáticos proporcionais de retrocessão para os quais ainda não foram recebidas as prestações de contas elaboradas pelas Cedentes correspondentes aos contratos de resseguros aceitos. Desta forma, não há uma data efetiva para o pagamento e, portanto são classificados como sem vencimento.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social**7.1. Créditos Tributários**

	31/12/2014	31/12/2013	Varição
Circulante	169	120	49
Créditos tributários e previdenciários	169	120	49
Não circulante	3.102	3.585	(483)
Créditos de imposto de renda – Diferido	1.939	2.223	(284)
Créditos de contribuição social – Diferido	1.163	1.362	(199)
Total	3.271	3.705	(434)

São constituídos créditos diferidos do imposto de renda e da contribuição social sobre os prejuízos fiscais apurados em cada período. O saldo de R\$ 3.271 foi originado por R\$ 3.705 correspondentes a créditos originados em anos anteriores e da compensação de (R\$ 531) decorrente do lucro apresentado no exercício de 2014. A estimativa da Administração, conforme plano de negócios é a de que os créditos tributários sejam compensados em até cinco anos da data de início das operações.

7.2. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2014	
	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes dos impostos e após participações	4.379	4.379
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.035	664
Tributo antes das compensações	1.035	664
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	(284)	(199)
Total	751	465
Alíquota efetiva - %	17%	11%

8. Ativo Imobilizado e Intangível

	Móveis e Utensílios	Equipamentos	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2013				
Saldo inicial	266	132	187	585
Aquisições	5	29	115	149
Depreciação acumulada	(41)	(37)	(26)	(104)
Saldo Final	230	124	276	630
Em 31 de dezembro de 2014				
Saldo inicial	230	124	276	630
Aquisições	0	6	69	75
Depreciação acumulada	(41)	(42)	(32)	(115)
Saldo Final	189	88	313	590

9. Transações com Partes Relacionadas

9.1. A Terra Brasis realiza investimentos em fundos abertos geridos pela Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda., uma outra empresa do grupo financeiro Brasil Plural.

9.2. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R\$ 2.270 (R\$ 1.888 em 2013) que compreende substancialmente pró-labore.

9.3. Em 31 de dezembro de 2014 a Terra Brasis não possuía saldos ou operações com outras partes relacionadas.

10. Depósitos de Terceiros

	31/12/2014	31/12/2013
De 1 a 30 dias	594	355
De 31 a 60 dias	195	-
De 61 a 120 dias	359	-
De 121 a 180 dias	47	-
De 181 a 365 dias	45	-
Total	1.240	355

11. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido	99.253	96.079
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(10)	(18)
Créditos tributários	(3.102)	(3.585)
Ativos intangíveis	(313)	(276)
a. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	95.828	92.200
b. Capital Base	60.000	60.000
c. 20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses	5.827	2.177
d. 33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses	1.956	503
e. Capital de Risco	17.340	12.966
Parcela Baseada no Risco de Subscrição	5.051	2.020
Parcela Baseada no Risco de Crédito	13.825	10.844
Benefício da Diversificação	(1.950)	-
Parcela Baseada no Risco Operacional	414	102
f. Exigência de Capital (max[b,c,d,e])	60.000	60.000
g. Suficiência de Capital (a - f)	35.828	32.200
Suficiência de Capital (g/f)	60%	54%

12. Provisões Técnicas e Custos de Aquisição Diferidos

12.1 .Resseguros e Retrocessões Aceitas

31/12/2014	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	Ocorridos e não avisados (IBNR)	Provisão IBNER	Avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesa relacionada de IBNR	
Patrimonial	19.329	2.745	(3.905)	2.557	152	7.817	63	254	29.012
Riscos especiais	1.395	221	(149)	1.066	28	181	-	104	2.846
Responsabilidades	1.614	262	(125)	2.175	44	91	25	215	4.301
Automóvel	214	24	(78)	130	2	167	2	14	475
Transportes	9.952	1.198	(3.216)	1.785	127	2.998	72	176	13.092
Riscos financeiros	6.881	768	(2.562)	67	3	566	121	7	5.851
Pessoas coletivo	77	14	-	16	-	343	280	2	732
Habitacional	7	1	(3)	-	-	9	24	-	38
Rural	607	82	(147)	-	-	68	-	-	610
Marítimos	1.910	332	(39)	312	9	2.662	3	31	5.220
Aeronáuticos	246	39	(28)	105	4	88	5	10	469
Total	42.232	5.686	(10.252)	8.213	369	14.990	595	813	62.646

31/12/2013	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	Ocorridos e não avisados (IBNR)	Provisão IBNER	Avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesa relacionada de IBNR	
Patrimonial	5.798	987	(1.220)	-	-	3.168	19	-	8.752
Riscos especiais	248	52	(4)	57	-	-	-	6	359
Responsabilidades	1.342	276	(41)	676	-	-	-	67	2.320
Automóvel	329	52	(123)	41	-	-	-	4	303
Transportes	1.750	324	(206)	-	-	1.127	1	-	2.996
Riscos financeiros	2.231	316	(758)	83	-	-	27	8	1.907
Pessoas coletivo	31	7	-	256	-	-	-	25	319
Habitacional	31	4	(11)	6	-	-	7	1	38
Rural	127	21	(32)	3	-	-	-	-	119
Marítimos	659	141	(1)	275	-	844	-	27	1.945
Aeronáuticos	84	15	(15)	14	-	-	4	1	103
Total	12.630	2.195	(2.411)	1.411	-	5.139	58	139	19.161

12.2. Retrocessões Cedidas

31/12/2014	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	Ocorridos e não avisados (IBNR)	Provisão IBNER	Avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesa relacionada de IBNR	
Patrimonial	10.056	1.440	(2.681)	1.366	69	3.193	28	135	13.606
Riscos especiais	1.014	125	(226)	685	20	156	-	68	1.842
Responsabilidades	283	51	(14)	976	14	-	-	97	1.407
Automóvel	63	7	(27)	95	2	-	-	9	149
Transportes	6.689	730	(2.862)	1.690	86	2.038	-	167	8.538
Riscos financeiros	3.323	350	(1.435)	-	-	-	1	-	2.239
Pessoas Coletivo	24	4	(1)	13	-	274	223	1	538
Habitacional	3	-	(1)	-	-	4	9	-	15
Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Marítimos	76	13	(11)	-	-	-	-	-	78
Aeronáuticos	87	16	(4)	48	2	-	-	5	154
Total	21.619	2.736	(7.262)	4.873	193	5.665	261	482	28.567

31/12/2013	Provisão de prêmios não ganhos			Provisão de sinistros			Outras provisões		Total
	Emitidos	RVNE	Comissão a cedente	Ocorridos e não avisados (IBNR)	Provisão IBNER	Avisados	Provisão de excedentes técnicos	Provisão de despesa relacionada de IBNR	
Patrimonial	3.204	384	(646)	-	-	1.267	8	-	4.217
Responsabilidades	705	152	(35)	457	-	-	-	45	1.324
Automóvel	324	46	(127)	40	-	-	-	4	287
Transportes	1.132	-	-	-	-	-	-	-	1.132
Pessoas Coletivo	24	5	(1)	204	-	-	-	20	252
Habitacional	2	1	(1)	6	-	-	3	1	12
Total	5.391	588	(810)	707	-	1.267	11	70	7.224

12.3. Custos de Aquisição Diferidos

	01/01/2014 a 31/12/2014	01/01/2013 a 31/12/2013
Saldo inicial	669	261
Despesas com corretagem	2.125	739
Variação das despesas de corretagem	(1.563)	(272)
Oscilação Cambial	44	(59)
Total	1.275	669

Para carteira atual de negócios, o prazo inicial médio de diferimento é de 13 meses e o máximo de 51 meses.

12.4. Desenvolvimento de Sinistros

I - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar - Bruto de Retrocessões

	Ano de Ocorrência			Não Informado	Total
	2012	2013	2014		
Estimativa Corrente Acumulada					
No final do ano de ocorrência	-	5.896	5.378		
1 ano depois	38	9.083			
2 anos depois	38				
Data de ocorrência não informada				7.969	
TOTAL A	38	9.083	5.378	7.969	22.468
Pagamentos Acumulados					
Até o final do ano de ocorrência	-	420	547		
1 ano depois	-	1.840			
2 anos depois	26				
Data de ocorrência não informada				5.063	
TOTAL B	26	1.840	547	5.063	7.476
PSL reconhecida no balanço (A-B)	12	7.243	4.831	2.906	14.992

Obs.: Para os contratos em US\$ os valores foram convertidos a R\$ pela cotação de 31/12/14. A Terra Brasis Resseguros S.A. não possui sinistros a liquidar em discussão judicial.

II - Tabela de Desenvolvimento de Sinistros a Liquidar - Líquido de Retrocessões

	Ano de Ocorrência			Não Informado	Total
	2012	2013	2014		
Estimativa Corrente Acumulada					
No final do ano de ocorrência	-	4.481	3.989		
1 ano depois	38	6.421			
2 anos depois	38				
Data de ocorrência não informada				3.552	
TOTAL A	38	6.421	3.989	3.552	14.000
Pagamentos Acumulados					
Até o final do ano de ocorrência	-	278	361		
1 ano depois	-	961			
2 anos depois	26				
Data de ocorrência não informada				3.325	
TOTAL B	26	961	361	3.325	4.673
PSL reconhecida no balanço (A-B)	12	5.460	3.628	227	9.327

Obs.: Para os contratos em US\$ os valores foram convertidos a R\$ pela cotação de 31/12/14. A Terra Brasis Resseguros S.A. não possui sinistros a liquidar em discussão judicial.

13. Cobertura das Provisões Técnicas

A Companhia mantém vinculadas em garantia das provisões técnicas quotas de fundos de investimento, títulos públicos e títulos privados no montante de R\$ 48.678, quantia esta superior à necessidade de cobertura de R\$ 32.724, calculada conforme Resolução CNSP nº 226/2010 (art. 13, alterado pela Resolução CNSP nº 277/2013).

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões técnicas	62.646	19.161
Ativo de resseguro	(29.922)	(10.599)
Montante a ser garantido	32.724	8.562
Quotas de fundos de investimentos abertos	6.533	12.733
Títulos públicos	24.443	-
Títulos privados	17.702	-
Garantia das provisões técnicas	48.678	12.733
Suficiência	15.954	4.171

14. Grupos de Ramos de Atuação

14.1. Prêmios Emitidos

Os Prêmios Emitidos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de retenção são:

	Prêmio emitido		Percentual de retenção	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Patrimonial	27.969	8.661	51	56
Riscos especiais	2.855	352	33	100
Responsabilidades	2.944	1.150	88	100
Automóvel	111	357	127	17
Transportes	13.864	2.135	33	52
Riscos financeiros	4.652	1.998	45	100
Pessoas coletivo	2.851	505	27	24
Habitacional	280	229	55	74
Rural	706	125	100	100
Marítimos	3.592	2.084	97	100
Aeronáuticos	494	114	61	100
Total	60.318	17.710	50	68

14.2. Prêmios Ganhos

Os Prêmios Ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	31/12/2014			31/12/2013		
	Prêmio ganho	Sinistrali- dade (%)	Correta- gem (%)	Prêmio ganho	Sinistrali- dade (%)	Correta- gem (%)
Patrimonial	15.416	73	5	3.477	101	9
Riscos especiais	1.759	73	6	84	75	13
Responsabilidades	2.743	65	8	1.081	61	17
Automóvel	245	109	3	61	75	0
Transportes	7.879	62	2	393	287	8
Riscos financeiros	1.261	46	2	228	40	2
Pessoas coletivo	2.518	59	2	468	60	0
Habitacional	282	17	0	197	12	0
Rural	281	103	2	8	35	2
Marítimos	2.369	82	9	1.526	74	13
Aeronáuticos	331	62	7	31	50	5
Total	35.084	68	4	7.554	92	10

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social: O capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por 100.450 de ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital entre 31 de Dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014 refere-se à subscrição e integralização de 450 mil ações pelo acionista PAMA Holding Participações e Investimentos Ltda., por meio do exercício de Bônus de Subscrição I, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2014 e homologada pela Susep em 12 de maio de 2014.

15.2. Reserva de capital: Refere-se a contribuições espontâneas efetuadas pelos acionistas para reforço do patrimônio líquido.

15.3. Reserva legal: É constituída ao final de cada exercício social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital. Neste exercício não foi constituída dada a existência de prejuízos acumulados.

15.4. Dividendos: São assegurados aos acionistas, ao final de cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedade por Ações. Neste exercício não foram distribuídos dada a existência de prejuízos acumulados.

16. Políticas de Gerenciamento de Riscos

Gerenciamento de riscos é definido como o processo de administrar riscos com o objetivo de manter perdas dentro de limites de tolerância preestabelecidos. A Terra Brasis possui um sistema interno de gerenciamento de riscos, fundamentado na gestão integrada de cada um dos processos de negócios, na adequação do nível de risco a objetivos preestabelecidos e do alinhamento de todos os processos à regulamentação vigente.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios, na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos constitui-se de Diretoria de Riscos, Área de Controles Internos, Área de Auditoria Interna e Comitê de Investimentos.

16.1. Risco de subscrição: Risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas associadas às bases técnicas e atuariais para cálculo de prêmios e provisões técnicas, decorrentes das operações. Para padronizar e garantir a qualidade dos riscos assumidos foram criados Guias de Subscrição (*Guidelines*) para cada linha de negócio. A adequação às normas destes guias é verificada continuamente e alterações são feitas sempre que necessário.

A retenção máxima por risco, dependendo do ramo de negócio, foi definida entre 1,5% a 4,5% do capital da Terra Brasis. Contratos de retrocessão foram firmados para certas linhas de negócio, reduzindo a volatilidade esperada do resultado da carteira.

Esforço significativo é dado ao controle de possíveis acúmulos. Em particular monitora-se, o máximo possível, a exposição da Terra Brasis a possíveis negócios de cosseguros existentes entre Cedentes com as quais a Terra Brasis participa de contratos de resseguros. Para Seguro Garantia realiza-se um controle constante do acúmulo por tomador.

16.2. Risco de crédito: Risco de crédito é definido como o risco de uma contraparte não cumprir com uma obrigação perante a Terra Brasis.

A política interna de investimento prevê diretrizes quanto à exposição a risco de crédito e seu cumprimento é periodicamente monitorada pelo Comitê de Investimento. O gerenciamento dos riscos de créditos referentes a investimentos é efetuado pelos gestores dos fundos de investimentos.

Para mitigar os riscos de recebíveis de retrocessão, o painel de Retrocessionárias é composto de várias companhias cuja classe e *rating* em escala global de cada uma encontram-se listados abaixo:

Retrocessionária	Rating (escala global)		
	AM Best	S&P/Fitch	Moody's
Local 1		BBB+	
Admitida 1 ^(*)	A	A+	
Admitida 2	A+	A+	A1
Admitida 3	A	A+	
Admitida 4	A+	AA-	
Admitida 5	A	A-	A3
Admitida 6		A	A2
Admitida 7	A	A	A2
Admitida 8	A	A	A1
Eventual 1	A	A-	A3
Eventual 2	A	A-	A3
Eventual 3	A	A-	
Eventual 4	A		A3
Eventual 5	A+	A+	A1

(*) 14 Sindicatos do Lloyd's

16.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é definido como risco de dificuldade no cumprimento de compromissos financeiros nos prazos e valores requeridos. A Terra Brasis gerencia suas necessidades de liquidez continuamente. Em 31 de Dezembro de 2014 R\$ 81.398, o equivalente a 73% do portfólio de investimento encontrava-se aplicado em ativos de resgate em até três dias (D+3).

16.4. Risco operacional: Risco operacional é definido como perdas resultantes de falhas técnicas, processos inadequados, erros humanos ou eventos externos. A Terra Brasis por meio da Área de Controles Internos e seguindo diretrizes da Susep procura constantemente identificar, monitorar e mitigar estes riscos, visando, entre outros, a continuidade de seus negócios em situações de emergência, desastres e catástrofes.

16.5. Risco de mercado: Risco de mercado é definido como o risco de perdas financeiras resultante de mudanças nos preços e taxas do mercado financeiro.

Para os ativos da carteira de investimento, este risco é mensurado por uma metodologia de *Value at Risk*. Observando histórico de um ano da carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2014, para um nível de confiança de 97,5%, o potencial de perda máxima diária da Terra Brasis é estimado em R\$ 159, o correspondente a 0,16% da carteira de investimentos. Em 31 de dezembro de 2013, esta métrica era de R\$ 264, o correspondente a 0,27% da carteira de investimentos.

Para o gerenciamento do risco cambial, a Terra Brasis executa avaliações mensais dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira e utiliza investimentos em fundos cambiais para minimizar o descasamento de moedas. Em 31 de dezembro de 2014 a Resseguradora possuía exposição somente ao dólar americano, com total de ativos vinculados a esta moeda em valor de US\$ 3.326 mil, equivalente a R\$ 8.836, total de passivos em valor de US\$ 3.246 mil, equivalente a R\$ 8.623, resultando em exposição líquida ativa de US\$ 80 mil, valor equivalente a R\$ 212.

16.6. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade têm por objetivo avaliar o impacto no resultado decorrente de variações nas premissas atuariais e de mercado.

Uma análise de sensibilidade foi realizada nos resultados do teste de adequação de passivos e consistiu em medir os impactos da variação da sinistralidade no teste na suficiência das provisões técnicas. Não houve comprometimento da suficiência das provisões. Apresentamos as variações relativas apenas para avaliação e referência, uma vez que as alterações das premissas atuariais não comprometeram a suficiência das provisões técnicas. Alguns resultados da análise de sensibilidade feitos em dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados abaixo.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
Efeito Bruto						
Sinistralidade 10% maior	(3.515)	-131,2%	-3,7%	(576)	23,0%	-0,6%
Sinistralidade 10% menor	3.516	131,2%	3,7%	584	-23,3%	0,6%
	Impacto	% do Resultado	% do PLA	Impacto	% do Resultado	% do PLA
Efeito Líquido						
Sinistralidade 10% maior	(1.178)	-43,9%	-1,2%	(266)	10,6%	-0,3%
Sinistralidade 10% menor	1.180	44,0%	1,2%	266	-10,6%	0,3%

17. Detalhamento das Contas de Resultado

	31/12/2014	31/12/2013
a) Prêmios emitidos / ganhos:		
Resseguros aceito	73.836	18.429
Retrocessão aceita	615	305
RVNE	3.491	2.195
Comissão da cedente	(17.624)	(3.219)
Total prêmios emitidos	60.318	17.710
Variação das provisões	(25.234)	(10.156)
Total prêmios ganhos	35.084	7.554
b) Sinistros ocorridos:		
Sinistros avisados	(16.552)	(5.487)
Variação provisão sinistros ocorridos mas não avisados	(7.475)	(1.493)
Total	(24.027)	(6.980)
c) Custo de aquisição:		
Despesas com corretagem	(2.125)	(1.011)
Variação das despesas de corretagem	562	272
Total	(1.563)	(739)
d) Outras despesas operacionais:		
Outras despesas operacionais	(40)	-
Total	(40)	-
e) Resultado com operações de retrocessão		
Receita com retrocessão	11.904	2.091
Retrocessão cedida	(41.447)	(7.113)
RVNE cedido	(2.148)	(588)
Comissão recebida da retrocessionária	13.757	1.198
Total prêmio de retrocessão	(29.838)	(6.503)
Variação das provisões	12.115	2.011
Despesa com retrocessão	(17.723)	(4.492)
Total	(5.819)	(2.401)
f) Despesas administrativas		
Pessoal próprio e encargos sociais	(6.799)	(5.749)
Serviços de terceiros	(916)	(1.504)
Localização e funcionamento	(1.456)	(1.410)
Publicidade e propaganda	(51)	(127)
Publicações	(86)	(81)
Donativos e contribuições	-	(18)
Outras	(26)	(42)
Total	(9.334)	(8.931)

17. Detalhamento das Contas de Resultado (continuação)

	31/12/2014	31/12/2013
g) Despesas com tributos		
Taxa de Fiscalização - Susep	(197)	(194)
Impostos Estaduais	(1)	-
Impostos Federais	(250)	(121)
Impostos Municipais	(42)	(36)
Contribuição Sindical	(77)	(31)
PIS	(105)	(22)
COFINS	(646)	(138)
Total	(1.318)	(542)
h) Resultado financeiro		
Receitas:		
Receitas com Títulos de Renda Variável	541	175
Receitas com Títulos Privados de Renda Fixa		
Ativos Livres		
Debêntures	415	-
Letras Financeiras	658	-
Cédulas de créditos bancários	95	-
Ativos Vinculados		
Debêntures	128	-
Letras Financeiras	502	-
Receitas com Títulos Públicos de Renda Fixa		
Ativos Vinculados	447	-
Operações de Resseguros - Oscilação Cambial	3.310	1.518
Receitas de Quotas de Fundos de Investimento		
Ativos Livres	6.842	7.173
Ativos Vinculados	2.282	493
Receitas Eventuais	10	4
Total	15.230	9.363
Despesas:		
Operações de Resseguros - Oscilação Cambial	(3.961)	(1.615)
Despesas com juros	-	(1)
Despesas com IOF	-	(1)
Despesas Eventuais - Taxa de Custódia	(122)	(76)
Total	(4.083)	(1.693)
Total Geral	11.147	7.670
i) Resultado patrimonial		
Receita patrimonial	285	272
Total	285	272

18. Outras Informações

A aplicação das disposições da Lei nº 12.973, que introduziu modificações na legislação fiscal, não gera efeitos, pois não foram pagos ou recebidos juros de capital próprio e dividendos desde o início de suas operações.

Conselho de Administração

Rodolfo Riechert – Presidente
André Schwartz – Vice-Presidente
Carlos Eduardo de Mori Luporini
Luiz Chrysostomo De Oliveira Filho
Paulo Eduardo de Freitas Botti
Pedro Duarte Guimarães

Diretoria

Paulo Eduardo de Freitas Botti – Diretor-Presidente
Bernardo Nolasco Rocha
Carlos Roberto De Zoppa
Luiz Alberto Pestana
Paulo Toshio Hayakawa
Rodrigo de Souza Lobo Botti

Contador

Claudinei Simão dos Santos
CRC 1SP225124/O-7

Atuário

Laércio dos Santos Vicente
MIBA-2.300

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Aos membros do
Conselho de Administração da
Terra Brasis Resseguros S.A.
São Paulo – SP

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Terra Brasis Resseguros S.A. (“Terra Brasis”) é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração (“Conselho”), por ele instituído em reunião realizada em 11 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de agosto de 2013. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Terra Brasis não sendo sua constituição obrigatória nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. Não obstante, o funcionamento do Comitê é regido, também, pelas normas e disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 118/2004. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pela Resolução CNSP nº 118/2004..

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Terra Brasis. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria externa é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Terra Brasis.

O Comitê atua através de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Atividades do Comitê

O Comitê participou de 13 reuniões com áreas de negócios, de controles internos e *compliance*, de gestão de riscos, com os auditores internos e externos. Reuniões específicas foram realizadas com os auditores externos para tratar dos seus planos de trabalho e da sua execução. O Comitê teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões ao Conselho para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos e acompanha a sua efetiva implementação nos prazos previstos.

O Comitê mantém com os auditores externos canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou e aprovou os planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores externos às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

Ao longo do exercício de 2014 o Comitê acompanhou e apoiou o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva no processo de reestruturação das atividades de auditoria interna, revisou o plano de trabalho elaborado pela empresa contratada para a execução desses serviços e vem acompanhando a sua implementação.

O Comitê também manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Terra Brasis. O Comitê se reuniu com o Conselho de Administração em 21 de agosto de 2014 e em 25 de fevereiro de 2015.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores externos as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda a aprovação, pelo Conselho de Administração, das demonstrações financeiras da Terra Brasis Resseguros S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

25 de fevereiro de 2015

Comitê de Auditoria
Mozart Dornelles – Presidente
José Campos
José Rubens Alonso